

USOS POLÍTICOS DO PASSADO EM TEMPOS DE REVISIONISMO E NEGACIONISMO HISTÓRICOS

POLITICAL USES OF THE PAST IN TIMES OF HISTORICAL REVISIONISM AND DENIALISM

CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR*

Professor do Departamento de História da Universidade
Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: O artigo examina o debate público sobre alguns temas da historiografia brasileira e mundial em torno dos usos políticos do passado. Partindo da hipótese de que as formas de usos do passado se articulam com as conjunturas políticas e experiências temporais relativas aos regimes de historicidade de cada tempo, buscamos identificar o modo como as verdades se estabelecem, por vezes passando ao largo do que está convencionado pelos fatos e pelos consensos que foram alcançados em diversas esferas. Pretendemos situar algumas querelas revisionistas e

Abstract: The article examines the public debate on some themes in Brazilian and global historiography surrounding the political uses of the past. Starting from the hypothesis that the forms of use of the past are articulated with the political conjunctures and temporal experiences related to the regimes of historicity of each time, we seek to identify the way in which truths are established, sometimes bypassing what is agreed by the facts and the consensus that was reached in various spheres. We intend to situate some revisionists and denialists disputes in Brazilian

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH) da FFCH-UFBA. Coordenador do Grupo de Pesquisa História Política, dos Partidos e Movimentos Contemporâneos de Esquerda e Direita (Politiza).

negacionistas da historiografia brasileira e mundial, escrutinando as formas discursivas enunciadas pelos participantes do debate público em alguns países, apontando os efeitos deletérios que o abuso do passado tem para a democracia.

Palavras-chave: Usos da história; Historiografia; Negacionismo.

and world historiography, scrutinizing the discursive forms enunciated by participants in the public debate in some countries, pointing out the deleterious effects that the abuse of the past has on democracy.

Keywords: Use of history; Historiography; Denialism.

Democracia liberal em crise e abusos do passado

Em evento na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), comemorativo ao aniversário de 30 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, referiu-se ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento”. Citando o “aprendizado” sobre o assunto que teria tido com Torquato Jardim, ministro da Justiça de Michel Temer, o magistrado também mencionava o historiador e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Daniel Aarão Reis que, segundo o ministro, teria dito “que tanto a esquerda quanto a direita conservadora, naquele período, tiveram a conveniência de não assumir seus erros que antecederam 1964, passando a atribuir os problemas aos militares” (Pessoa, 2018).

Dias Toffoli tratou o passado a partir de uma perspectiva que atentava ao que era percebido como verdade histórica num momento crítico da nossa democracia. Juntando a suposta defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito, com a tentativa de conciliar com setores da sociedade que reeditavam o golpismo inscrito nos atos que culminaram na deposição da presidenta Dilma Rousseff, Toffoli usou o passado unicamente para fins políticos.

Entre os tantos problemas que poderiam ser apontados na fala de Toffoli, o atentado perpetrado contra um dos mais importantes consensos entre os historiadores brasileiros,

configura o que pode ser chamado de abuso. O consenso contradito diz respeito ao fato de que nenhum historiador recusa a ideia de que houve um golpe em 1964, nem mesmo Daniel Aarão Reis, citado pelo ministro. Pode-se discutir se o golpe foi militar ou civil-militar, se foi golpe de classe, se teve apoio popular e de setores da sociedade civil, mas não se questiona sobre ter havido ou não um golpe.

A propósito do assunto, em entrevista à revista “Carta Capital” no mesmo dia 1º de outubro de 2018, Daniel Aarão desmentiu que alguma vez tivesse dito que em 1964 não houve golpe. Segundo o historiador da UFF, Toffoli deveria ter citado a politóloga Argelina Figueiredo, autora do livro “Democracia ou reformas?” (1993), que teria sido a estudiosa a “requentar para o Brasil” a teoria dos “dois demônios”, uma tese formulada originalmente na Argentina, que atribui iguais responsabilidades à esquerda e à direita na crise política que levou ao desfecho do 31 de março de 1964 (Scoree, 2018).

A caracterização de “golpe”, “revolução” ou “movimento”, segundo havia sugerido o presidente do STF, tinha mais relação com as polêmicas políticas do presente do que com a história propriamente dita. Considerando que muitos eram incapazes de localizar no radicalismo as dimensões equivocadas da atuação da esquerda e da direita, que teriam dado ensejo à ruptura de 1964, o ministro buscava acertar as contas com o passado, supostamente pacificando os contendores do presente, que deveriam evitar de reproduzir, no Brasil, o exemplo da Argentina, onde a “sociedade ficou presa no passado, na vingança e no ódio, e olhando para trás, pro retrovisor, sem conseguir se superar” (Tupina, 2022)¹.

O significado dessa forma de uso do passado, além dos riscos implicados em questões que se decidem na alta corte do país, que permanece como palco de disputas sobre o nosso passado recente, é que, ao sabor de conveniências e interesses políticos inconfessáveis, a história como o “passado em si” ou como a ciência que o investiga tem sido distorcida,

¹ Ao se referir à Argentina, Toffoli alude aos processos que na década de 1980 levaram os responsáveis pelo golpe (1976) e pela ditadura no país (1976-1983) aos bancos dos réus, redundando em expressivas condenações.

caracterizando um atentado à verdade dos fatos como são conhecidos e aceitos.

Há uma verdade na história?

A história não é uma ciência exata. Como tal suas verdades são entendidas como parciais, ainda mais sujeitas à refutação que as verdades das chamadas ciências exatas. Dizer que a verdade na história é parcial, não significa dizer, contudo, que não seja capaz de estabelecer algum tipo de verdade, ainda que provisória. O trabalho do historiador consiste em buscar o passado através dos vestígios, fragmentos e rastros que são tomados como evidências de como as coisas aconteceram. Reunidas as evidências, estas transformam-se em documentos, que são testemunhos do passado, matéria prima do historiador, que não se confunde com o ficcionista, como pretenderam sugerir os críticos do positivismo ingênuo, como aponta Carlo Ginzburg:

Hoje, palavras como “verdade” e “realidade” tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas escritas ou representadas por um gesto. Antes de tornar-se moda, esse gesto ritual, difundido nos ambientes acadêmicos americanos, fingia exorcizar o espectro do positivismo ingênuo: atitude de quem considera que a realidade é cognoscível diretamente, sem mediações. Por trás dessa polêmica surgia em geral uma posição cética, argumentada de diversos modos. Contra ela foram formuladas, até mesmo por este que escreve, objeções morais, políticas e intelectuais. Mas manter-se virtuosamente longe dos exageros dos positivistas e dos céticos não levaria a lugar nenhum. Como disse certa vez Bertold Brecht ao amigo Walter Benjamin, “não devemos partir das boas velhas coisas, e sim das más coisas novas”. Céticos e desconstrucionistas respondem, quase sempre de um modo clamorosamente inadequado, a perguntas reais (2007, p. 17).

A realidade, por óbvio, não é cognoscível diretamente sem mediações, já o sabemos. Entretanto, o passado se transforma sempre em função do presente, de modo que podemos tomar as palavras de Brecht, citadas por Ginzburg, e partir das “más coisas novas”, que são os usos políticos do passado para pensar os atuais

caminhos percorridos pela história em um contexto de crise da democracia liberal.

A descoberta de novos acervos, de uma nova documentação ou a ampliação e incorporação de documentos que antes eram rejeitados, faz com que a ciência histórica progrida, muitas vezes mudando a compreensão que se tinha de algum evento, fenômeno ou processo. Todavia, desse fato incontornável, pode derivar também o revisionismo e o negacionismo, que iremos tratar mais adiante.

Há diversos exemplos de temas que eram polêmicos na historiografia e depois alcançaram algum nível de consenso em função das provas que foram estabelecidas em torno dos documentos encontrados e validados pelo trabalho de historiadores reputados. Na historiografia brasileira, por exemplo, o desenvolvimento de abordagens inovadoras e a incorporação de uma nova documentação sobre a escravidão na década de 1980, configurou o que se chamou de “Nova Historiografia da Escravidão”. No entanto, diante de tantas novidades, com inequívocos avanços que foram sendo consolidados ao longo dos anos, nas proximidades do centenário da Abolição houve quem enxergasse entre os novos estudiosos do tema uma tentativa de “reabilitar a escravidão” (Gorender, 1990).

Ilustrativo do debate travado em torno do assunto, o historiador Jacob Gorender publicou “A escravidão reabilitada” (1990), obra que, desde o título, assume o caráter polêmico e o tom acusatório aos historiadores perfilados à nova historiografia. Autor de “O escravismo colonial” (1992), um importante estudo sobre a escravidão no Brasil de uma perspectiva marxista estruturalista, Gorender imputava aos novos pesquisadores do tema a atenuação dos traços de violência da sociedade escravista, algo sugestivo de uma postura supostamente reabilitadora da própria escravidão. Gorender se dirige, sobretudo, a historiadora greco-baiana Kátia Mattoso e sua obra “Ser escravo no Brasil” (1990), mas seu alvo é a Nova Historiografia da Escravidão como um todo, algo que fica claro no modo de desenvolvimento da argumentação, onde se enunciam diversos historiadores e inúmeras obras.

Entendida pelo autor como “obra de exaltação da acomodação e do ajustamento”, que colocava, “[de] um lado, o senhor ameno, generoso” e “do outro, o escravo dócil”, o livro de Kátia Mattoso, publicado originalmente na França em 1979 e traduzido no Brasil em 1982, seria o perfeito modelo de uma historiografia freiriana, de elogio da “doçura” ou a “ternura” das relações senhor-escravo (1990, p. 21), Gorender aponta que o livro trata mais da Bahia do que qualquer outra região do Brasil, motivo pelo qual deveria se chamar “Ser escravo em Salvador” (1990, p. 15).²

Ocorre, entretanto, que a “Nova Historiografia da Escravidão” vinha se valendo de farta e por vezes inédita documentação, ampliada pelo acesso a fontes até então desconhecidas ou quase não utilizadas pelos estudos anteriores, como inventários, testamentos, processos crimes e uma vasta documentação judiciária.³ Mas os novos historiadores também se escoravam em hipóteses que haviam surgido em função das transformações da sociedade brasileira no contexto da redemocratização e, principalmente, das lutas do movimento negro.

No final das contas, em que pese a qualidade de polemista desenvolvida por Jacob Gorender e por inúmeros dos seus apoiadores, que contribuíram imensamente para o progresso da ciência histórica no Brasil através de debates sobre um tema de fundamental importância, o que prevaleceu foi o vigor de uma geração de historiadores profissionais que estavam se formando no fim da Ditadura, a robustez documental e a inovação e

² Nas palavras de Gorender: “Com efeito, é indiscutível o conhecimento de Kátia Mattoso sobre a escravidão em Salvador, como é inegável sua contribuição inovadora ao estudo da questão da alforria, conforme veremos adiante. O que sucede é que *Ser escravo no Brasil* não se tornou obra de referência nas teses acadêmicas por motivos de tais méritos, porém pela enfática reafirmação do *sistema patriarcal* na escravidão brasileira, em termos remontados a Gilberto Freyre” (1992, 15).

³ De uma imensidão de autores contra os quais Gorender dirige sua artilharia, além de Kátia Mattoso (1990), podemos citar Célia Maria Marinho de Azevedo (1987), João José Reis (1987), Sidney Chalhoub (1990), Sílvia Hunold Lara (1988), Stuart Schwartz (1988), entre outros.

originalidade sustentada em evidências e hipóteses consistentes (Lara, 1992).

Se o tema da escravidão permanece inspirando debates e movendo paixões que incidem sobre políticas públicas e posicionamentos quanto ao espectro ideológico, é em relação ao passado mais recente, muito especialmente ao golpe de 1964 e à ditadura militar que lhe seguiu (1964-1985), que se situam as polêmicas mais intensas dos últimos anos relacionadas aos usos políticos do passado.

Sobre o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, por cerca de uma década predominou a desconfiança de diversos estudiosos que intuía, a partir de inúmeros vestígios e testemunhos, que os Estados Unidos tinham se envolvido diretamente na conspiração que culminou na deposição de Goulart. Em 1976, descobertas da historiadora estadunidense Phyllis R. Parker, que teve acesso a documentos da biblioteca presidencial de Lyndon Johnson, confirmaram aquilo que aparecia nos debates apenas como hipótese.

No Brasil, a pesquisa de Parker teve ampla cobertura do jornalista Marcos Sá Corrêa, que através do “Jornal do Brasil” escreveu uma série de reportagens sobre o assunto ainda em fins de 1976, contribuindo para divulgar a informação e as descobertas que confirmavam o fato de que o governo estadunidense tinha atuado diretamente na conspiração golpista que derrubou João Goulart. No ano seguinte, tanto o estudo de Phyllis Parker como os artigos de Corrêa foram publicados em livro, afirmando a certeza da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964 através da chamada “Operação *Brother Sam*” (Fico, 2008, p. 9)

Como acontece em diversos territórios da história, a descoberta de documentos oficiais do governo estadunidense relativos ao golpe de 1964 no Brasil modificaram o conhecimento que se tinha do assunto. Confirmando a desconfiança de muitos, e contradizendo o ceticismo dos que buscavam negar a hipótese intervencionista do imperialismo estadunidense, a revelação da documentação acessada por Phyllis Parker consolidou a verdade de que os Estados Unidos conspiraram ativamente para depor

João Goulart e ainda cogitaram intervir militarmente caso houvesse resistência ao golpe, enviando navios de guerra para a costa brasileira (Fico, 2008, p. 100-101).

Sobre este aspecto, que terminou construindo um razoável acordo na historiografia brasileira, ainda para ficarmos no exemplo do golpe de 1964, em 1978 o diplomata e historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira, após acessar a documentação pessoal de João Goulart, pesquisar em arquivos norte-americanos e ouvir importantes testemunhas da época, defendeu que, apesar da presença do imperialismo, os principais protagonistas dos eventos que culminaram no golpe não foram exatamente Lyndon Johnson, seu embaixador no Brasil Lincoln Gordon, e nem mesmo João Goulart. Para Bandeira, os verdadeiros protagonistas das tensões de inícios dos anos 1960 tinham sido as classes sociais em luta, que davam lugar a interesses que alcançavam o empresariado dos dois países (2010, p. 78, 415).

Na mesma linha de interpretação, mas adicionando um *corpus* documental ainda mais robusto e até então desconhecido, o historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, firmou os termos definitivos da compreensão do que foi o golpe de 1964 no Brasil:

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação da massa (Dreifuss, 1981, 230).

De acordo com Dreifuss, a conspiração que derrubou João Goulart não tinha sido exclusivamente militar como se supunha, mas civil-militar. O golpe seria, portanto, o desfecho de um longo processo conspirativo, que envolvia setores da burguesia brasileira, chamada pelo autor de “elite orgânica”, associada ao empresariado imperialista norte-americano. Estes setores, através

do complexo IPES-IBAD,⁴ atuaram decisivamente para a deposição do presidente da República através de uma intensa, complexa e sórdida campanha anticomunista de desestabilização da democracia e das autoridades constituídas.

Em que pesem as divergências que possam existir sobre inúmeras questões relacionadas ao golpe, o fato incontestável é que os documentos descobertos sobre a deposição de Goulart em 1964 e todo o debate que se travou em torno do assunto, consolidaram uma versão da história que hoje é aceita pelos historiadores profissionais e por amplos setores da sociedade civil. Essa compreensão comum da história, se não interdita controvérsias que possam surgir sobre o tema, praticamente inviabilizam teses que contradizem que tenha havido um golpe em 1964, haja vista que nenhum novo documento contradisse o que se sabe sobre o assunto.

Mesmo quando não há a descoberta de novos documentos, a história pode se desenvolver e mudar a compreensão que se tinha de alguma coisa a partir das novas questões que são colocadas em cada nova conjuntura, em cada novo presente. Dessa forma, os historiadores chegam a conclusões inovadoras após confrontarem hipóteses, sempre postas a partir de questões do presente, com evidências que encontram no passado. Conforme Eric Hobsbawm, “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado” (1998, p. 256), o que faz com que a história progrida e se desenvolva em função do modo como o presente se transforma.

Dessa incessante transformação, memórias se desfazem e outras se edificam, a partir de subjetividades, mas também da promoção de políticas de memória da parte dos grupos sociais, das coletividades e, sobretudo, dos governos. Políticas de memória são uma das formas mais eficazes de se promover, na sociedade, uma relação adequada entre presente e passado. Em muitos casos, governos promovem a memória de uma nação com o intuito do estabelecimento de alguma espécie de justiça e

⁴ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundados, respectivamente, em 1959 e 1962, eram organizações anticomunistas que funcionavam com uma fachada de grupos educacionais.

reparação. Em alguns países, políticas de memória estão conjugadas a algumas formas legislativas e jurídicas da chamada “justiça de transição” (Machado, 2014, 245; Lentz, 2014, p. 265).

Em outras situações, políticas governamentais operam no sentido de promoverem ou, no mínimo, estimularem o esquecimento, algo que é justificado como tentativa de curar as feridas e evitar que litígios do passado se perpetuem na sociedade, o que supostamente daria ensejo a novas, e, talvez, ainda mais radicais, contendas (Rubert, 2014, p. 196; Gonçalves, 2014, p. 221).

Entre os países da América Latina, a Argentina e o Brasil são exemplos opostos de promoção de políticas de memória. Enquanto no país platino, após a última ditadura, os militares responsáveis pelas atrocidades foram julgados e condenados, alguns chegando a pegar prisão perpétua, o que ocorreu no Brasil foi justamente o oposto, com o estabelecimento de uma Lei de Anistia (Lei 6.683/79) que indultou, igualmente, vítimas da ditadura e seus algozes, operando para que o passado fosse esquecido, apesar do esforço de tantos perseguidos políticos e familiares de mortos e desaparecidos que lutaram pela punição dos criminosos do regime, sobretudo os militares e os agentes dos aparelhos repressivos (Rodeghero, 2014, p. 174; Mazzaroba, 2010, p. 118; Teles, 2009, p. 154).

O resultado de tais posturas diante do passado nesses países causou relações distintas das populações no entrecruzamento entre história e a memória. Enquanto na Argentina a data do golpe, 24 de março, é o “Dia Nacional da Memória”, ocasião em que milhares de pessoas saem às ruas para lembrar os eventos para que nunca mais aconteçam, no 31 de março brasileiro, quase nada acontece, com exceção das “Marchas do Silêncio”, realizadas, majoritariamente, por pequenos grupos de perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e seus apoiadores. Em contraste com essas pequenas manifestações que ocorrem nas ruas, nos quartéis os militares festejam a data como o dia em que as Forças Armadas “salvaram” a democracia no país, algo que atenta contra a verdade e os fatos conhecidos pelos historiadores e, não raro, põe

em risco o próprio Estado Democrático de Direito (Zaverucha, 2010, p. 72).

É dessa relação tensa e tênue do presente com o passado, que surgem os diversos modos de usos políticos da história, algo que tem relação com a memória de uma coletividade e a forma como as pessoas são instadas a lembrar ou a esquecer aquilo que sucedeu (Chaves, 2014, p. 57-58).

Diferente da memória coletiva, que é subjetiva e está sujeita a variações no tempo, a história se situa no âmbito do conhecimento científico (Halbwachs, 2006, p. 100-101). Isso impõe ao historiador, que não está imune às subjetividades e nem pode ser imparcial ou neutro, a necessidade de evitar eventuais abusos relacionados a interesses políticos e circunstanciais. Ou seja, cabe ao estudioso do passado, tanto quanto possível, estabelecer algum nível de objetividade para o tratamento dos fatos do passado, de modo a evitar que aquilo que se transforma em ciência histórica não se modifique ao sabor das conveniências.

Batalhas do presente, com vestes do passado

Muitas vezes as questões que são colocadas para o passado, e que não tem correspondência com aquilo que os documentos podem responder, correm o risco de distorcer os fatos e a verdade, promovendo o que alguns historiadores chamam de revisionismo e/ou negacionismo (Melo, 2014; Valim, Avelar, Bevernage, 2021; Napolitano, 2021). Apesar de o revisionismo e o negacionismo serem fenômenos correlatos, por vezes tratados como uma única coisa, esses procedimentos podem ser apontados como diferentes. Todavia, ambos utilizam a premissa de que toda história é revisão para distorcer o passado, em função de disputas políticas que se dão no presente, através de procedimentos politicamente motivados, configurando abuso da história.

Por ocasião das comemorações pelo bicentenário da Revolução Francesa, o mundo passava por transformações de grande importância. O Muro de Berlim veio abaixo em novembro, depois de uma longa crise de estagnação econômica e movimentação política que atingiu os países do Leste Europeu e

da União Soviética. Nesse contexto, o léxico comumente usado nas sociedades ocidentais para designar o mundo em que vivíamos, ancorado na relação entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006, p. 308) e que atribuía conotações positivas a algumas palavras e negativas a outras, foi modificado, chegando a ser invertido. O historiador italiano Enzo Traverso utilizou o conceito de *Sattelzeit*, ou “era de transição”, do alemão Reinhart Koselleck, para definir o período em que o antigo e o novo haviam se mesclado, configurando um novo modo de a humanidade se entender no mundo, alterando sua forma de percepção da relação entre o passado, o presente e o futuro.

Em função dessas transformações, segundo Traverso, palavras como “revolução”⁵ e “comunismo”, terminaram por adquirir um outro significado, deixando de representar, no imaginário coletivo, uma “aspiração ou ação emancipadora”, no sentido atribuído pelas ideologias utópicas inspiradas pelo marxismo, evocando, doravante, um “universo totalitário”. Em sentido oposto, palavras como “mercado”, “empresa”, “capitalismo” e “individualismo”, às quais podemos acrescentar “empreendedorismo” e “meritocracia”, antes indicativas de um universo de alienação e egoísmo, conforme lhe era conferido pelas lutas por emancipação do século XX, passaram a definir o único *ethos* possível de se estar no mundo. (2012a, p. 12-13).

Frente a tal situação, e a tensão entre as categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” que, segundo Koselleck, haviam estruturado a modernidade, entrelaçando passado e futuro e dirigindo “as ações concretas no movimento social e político” (2006, p. 308) que haviam conformado um regime de historicidade, o que a humanidade vivenciou foi a

⁵ O sentido atribuído à “revolução” por Enzo Traverso é o que lhe foi conferido pelo marxismo e pelas experiências revolucionárias do século XX. No entanto, em conformidade com o diálogo estabelecido pelo historiador italiano que recorre ao conceito de *Sattelzeit* de Koselleck para se referir à transição entre duas épocas, convém mencionar a possibilidade de não serem excludentes a filosofia da história que apostava na visão progressista do futuro e a noção escatológica que entendia o juízo final como incontornável, situação em que, de todo modo “o futuro parece ter sido alcançado” (Koselleck, 1999, p. 158).

reconfiguração desse regime e de toda uma época antes pautada na ideia de mudança e de progresso.

Do distanciamento entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ao ponto de ruptura na dimensão temporal entre as duas categorias, a produção do tempo histórico reduziu-se a uma espécie de “presentismo”. Na configuração dessa nova temporalidade, a perpetuação do presente torna a passagem do tempo “inacessível e quase imóvel”, muito embora buscando “apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (Hartog, 2014, p. 39). Nessa premissa, defendida por François Hartog, o presente se torna o único horizonte possível, sem futuro e sem passado, produzindo e valorizando a experiência do imediato (2014, p. 148), donde se depreende sobre as possibilidades de mudança e se torna razoável se perguntar: “São úteis as revoluções?” (Koselleck, 1999, p. 152).⁶

É nesse contexto fundacional de um novo regime de historicidade, na passagem do bicentenário da Revolução Francesa, que coincide com a agonia do “socialismo real” e com a queda do Muro de Berlim, que a fenda do tempo pareceu se fechar. Em função das transformações do mundo, período em que toda uma “era de extremos” chegou ao fim e alguns “eufóricos crentes na democracia liberal” (Hobsbawm, 1995, p. 445) correram para celebrar o “fim da história” (Fukuyama, 1992), Eric Hobsbawm indaga não sobre a utilidade das revoluções, mas sobre se a mudança abrupta e violenta, que havia marcado o século XX, continuaria a acontecer:

Revoluções continuarão ocorrendo? As quatro ondas do século XX, de 1917-20, de 1944-62, de 1974-8 e 1989-, poderão ser seguidas de outras rodadas de colapso e derrubada? Ninguém que olhe em retrospecto um século em que não mais que um punhado

⁶ A questão é, mais uma vez, proposta por Koselleck. O historiador alemão cita Abbé Raynal, um filósofo da história, bastante influente na França pré-revolucionária, “autêntico profeta da crise em um duplo sentido: da crise como ameaça de uma guerra civil e da crise como um tribunal moral”, para sugerir a possibilidade de passagem da jurisdição moral, que admitia o despotismo, para a dimensão histórico-filosófica, promotora do homem virtuoso (1999, p. 152).

de Estados hoje existentes passou a existir, ou sobreviveu, sem passar por revolução armada, golpes militares ou conflito civil armado apostaria seu dinheiro no triunfo universal da mudança pacífica e constitucional, como previsto em 1989 por alguns eufóricos crentes na democracia liberal. O mundo que entra no terceiro milênio não é um mundo de Estados ou sociedades estáveis. (Hobsbawm: 1995, p. 445-446)

Que o mundo que entrou no terceiro milênio confirmou a hipótese de Hobsbawm, já o sabemos. Entretanto, não era impossível imaginar que as revoluções tinham chegado ao fim com a falência das experiências de socialismo inspiradas pela Revolução Russa de 1917. Com efeito, boa parte do debate sobre os eventos de 1789 foram subsumidos à debacle do “socialismo real”, o que terminou por “anatemizar” ou “patologizar” o tema da revolução (Loff, 2014, p. 57)⁷. Nessa perspectiva, o ciclo que havia dado ensejo ao surgimento das utopias coletivas, que, no século XX, terminou por configurar o “horizonte de expectativa” projetado para o futuro socialista, havia chegado ao fim com a queda do Muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991.

Diante desse fato, em meio aos debates sobre o bicentenário da Revolução Francesa, percebendo o modo como a história vinha se prestando a recorrentes usos políticos, quando aspectos do passado eram selecionados com propósitos que poderiam ser apontados como “revisionistas” e historiadores eram escolhidos para tratar de assuntos na conveniência de dizerem exatamente o que os meios de comunicação de massa pretendiam que dissessem, Eric Hobsbawm escreveu “Ecos da

⁷ “O procedimento argumentativo é o da *patologização da Revolução*, dos processos revolucionários, descritos como ciclos *anômalos* na História. Quando nos anos 1970 François Furet se lançou sobre o legado da Revolução Francesa, descreveu as ‘incessantes agitações revolucionárias’ na França dos séculos XVIII e XIX como uma ‘doença’ provocada por ‘vírus de uma espécie desconhecida’ que se ‘enfureceu’, anda por cima ‘com violência redobrada no século XX através, por exemplo, das revoluções de impulso socialista e anticolonialista. A tese era já de que estávamos perante de um ‘delírio ideológico’ – a ideologia como febre que devasta o organismo social – que teria produzido o chamado *Terror* do período 1793-1794 e, um pouco mais de século depois, diretamente o *Gulag*” (Loff, 2014, p. 57, grifos no original)

Marselhesa” (2001). Neste livro, o historiador britânico buscou definir as fronteiras entre o que vem a ser a necessária revisão do passado, que todos devemos fazer, e a operação revisionista, um procedimento envolto em vícios e distorções.

“Ecos da Marselhesa”, como propõe o subtítulo “dois séculos reveem a Revolução Francesa”, buscava escrutinar os meandros do debate sobre um dos eventos mais importantes da história da humanidade. Nesse esforço, Hobsbawm buscou preservar não apenas a memória do acontecimento fundador da contemporaneidade, mas demarcar espaço entre a historiografia consagrada e alguns dos novos estudos que vinham no espírito da condenação da experiência revolucionária como acontecimento fundador da nossa era, marcada, também, pelo advento da Revolução Russa, tida por legatária do evento francês.

Publicado na França em 1983, “Pensando a Revolução Francesa”, de François Furet esteve entre as novidades que, na década de 1980, se propunham a refundar a perspectiva dos estudos sobre a Revolução Francesa, campo dominado por historiadores marxistas. Com histórico de ex-militante do Partido Comunista Francês (PCF) e com relevantes contribuições à historiografia, Furet já havia manifestado desejo de revisar as perspectivas consagradas sobre o acontecimento fundador da historiografia do seu país. Mesmo sem ser especialista nos eventos propriamente ditos, como o eram Albert Soboul e George Lefebvre, Furet buscou “minimizar a importância” dos acontecimentos revolucionários reduzindo-os a uma interpretação “estritamente política, que considerava o nascimento da democracia moderna como seu único legado notável” (Wolfreys, 2007, p. 52).

Acusando a historiografia sobre da Revolução Francesa de estar contaminada pelo marxismo, que teria construído uma versão jacobino-bolchevique dos acontecimentos do século XVIII como forma de entendê-los como prefiguração dos eventos de 1917 na Rússia (1989, p. 19-20), o historiador francês aponta a necessidade de se “romper esse círculo vicioso da historiografia comemorativa” de modo a evitar a “contaminação do passado pelo presente”, sendo essa a premissa fundamental para uma adequada abordagem do problema:

Tudo muda com 1917. A partir de então a revolução socialista tem um semblante, e a Revolução Francesa deixa de ser um modelo para um futuro possível, desejável, esperado, mas ainda sem conteúdo. Ela se tornou a mãe de um acontecimento real, datado, registrado, que é outubro de 1917. Como demonstro em uns dos ensaios publicados aqui, os bolcheviques russos nunca deixaram de trazer presente em seu espírito essa filiação, antes, durante e depois da Revolução Russa. Em contrapartida, os historiadores da Revolução Francesa também projetam no passado seus sentimentos e seus julgamentos sobre 1917, tendendo a privilegiar, na primeira revolução, o que parece anunciar, prefigurar a segunda (...). Os bolcheviques têm ancestrais jacobinos e os jacobinos tiveram antecipações comunistas (Furet, 1989, p. 19-20)

Incomodado com a evidente intenção revisionista que havia atingido o debate sobre o bicentenário da Revolução Francesa, Hobsbawm definiu as linhas gerais do modo como todos produzimos a história, arguindo pela necessidade de primarmos pela verdade do passado sobre os quais nos debruçamos:

Todo nós, inevitavelmente, escrevemos a história do nosso próprio tempo quando olhamos o passado e, em alguma medida, empreendemos as batalhas de hoje no figurino do período. Mas aqueles que escrevem *somente* a história de seu próprio tempo não podem entender o passado e aquilo que veio dele. Podem até mesmo falsificar o passado e o presente, mesmo sem a intenção de o fazer (2001, p. 14, grifos no original).

A partir da obra de Furet e da intensa atenção da mídia sobre o passado no curso da efeméride, a historiografia revisionista passou a ocupar o centro das atenções no debate público da França (Haynes; Wlfreys, 2007, p. 16). Posto a serviço das motivações políticas de um presente em que toda uma era se desfazia, o fenômeno do revisionismo se intensificou nas décadas seguintes, inclusive na trajetória de François Furet, que dedicou um livro inteiro a esconjurar a experiência comunista do século XX e sua própria vinculação ao fracassado projeto do “socialismo real”. Dessa lavra, “O passado de uma ilusão” se constitui como

o melhor exemplo do acerto de contas de um historiador com sua própria memória.⁸

Revisionismo e tendências apoloéticas na historiografia alemã

Da mesma espécie de revisionismo que alcançou o debate francês, uma intensa polêmica surgiu, na década de 1980, na Alemanha, em função da publicação do artigo “O passado que não quer passar: um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”, do historiador Ernst Nolte (1989). Professor de História Contemporânea da Universidade Livre de Berlim, Nolte era um importante historiador acadêmico, especialista nas Primeira e Segunda guerras mundiais, com inúmeras obras publicadas. Seu escrito, que procurava absolver os alemães pelo nazismo, causou imenso desconforto nos meios intelectuais, inaugurando uma acirrada discussão sobre a história da Alemanha no século XX, muito especialmente sobre a experiência nazista, algo que as gerações que nasceram ou cresceram após a guerra pretendiam expiar e que tinha sido objeto de inúmeras intervenções governamentais para impedir que o fenômeno voltasse a acontecer.

⁸ Com rompante de sinceridade, Furet escreveu no prefácio: “Uma última palavra, por fim, sobre o autor, uma vez que todo livro de história tem também sua história. Tenho com o tema de que trato uma relação biográfica. ‘O passado de uma ilusão’: para reencontrá-lo, preciso só me voltar para aqueles anos de minha juventude em que fui comunista, entre 1949 e 1956. A questão que tento hoje compreender é, portanto, inseparável de minha existência. Eu vivi dentro de uma ilusão cujo caminho tento remontar, numa das épocas em que ela estava mais difundida (...). A 40 anos de distância, considero minha cegueira de então sem indulgência, mas sem acrimônia. Sem indulgência, porque, a meu ver, a desculpa que muitas vezes se tira das intenções não serve de remissão para a ignorância e para a presunção. Sem acrimônia, porque aquele compromisso infeliz me instruiu. Dele saí com um começo de questionário sobre a paixão revolucionária e vacinado contra o investimento pseudo-religioso na ação política” (1995, p. 13-14). Cotejando o livro de Furet com a “Era dos extremos”, de Hobsbawm, Enzo Traverso aponta que o francês escreveu uma “apologia presumida do capitalismo liberal”, enquanto o britânico uma “uma apologia melancólica do comunismo” (2018a), p. 62.

As polêmicas iniciadas pelo artigo de Ernst Nolte, que ganharam inúmeros contraditores, foram chamadas de *Historienkrestreit* (Querela dos historiadores), mobilizando diversos campos do conhecimento na Alemanha. Em seu artigo, Nolte argumenta que, diferente de outras situações, o passado da Alemanha nazista parecia condenado a não passar, tornando-se “cada vez mais vivo e forte”, configurando não uma “imagem-modelo”, o que seria desejável, mas uma imagem “assustadora, como um passado que se instaura diretamente como presente, e que pende sobre o presente como uma espada da justiça” (1989, p. 10).

A tese principal do historiador alemão, que afirma do “discurso que pôde ser escrito, mas não proferido”, estabelece analogias de nações da segunda metade do século XX com a Alemanha hitlerista e de movimentos da década de 1980 com o nazismo. Defendendo que a “culpa dos alemães” era equiparável à “culpa dos judeus” usada pelos nacional-socialistas como instrumento de mobilização do povo alemão contra “velhos inimigos” (1989, p. 11-12), Nolte conclui que as atrocidades perpetradas pelos nazistas tiveram como antecedentes os “crimes asiáticos” dos bolcheviques russos:

[...] não cometeram os nacional-socialistas, não cometeu Hitler um crime “asiático” apenas talvez porque consideravam a si e a seus iguais como vítimas potenciais ou reais de um “crime” asiático? Não foi o arquipélago Gulag anterior a Auschwitz? Não foi a “morte à classe” dos bolcheviques o antecedente (*Prius*) lógico e fático da “morte à raça” dos nacional-socialistas? Não podem as ações mais secretas de Hitler ser elucidadas também pelo fato de ele justamente *não* ter esquecido a “gaiola de ratos”? Em suas origens, não proveio talvez Auschwitz de um passado que não queria passar? (1989, p. 14)

O artigo de Nolte não poderia despertar nada menos que vergonha, especialmente em um país que tentava purgar a memória do Holocausto, um dos maiores crimes cometidos contra a humanidade. Em vista da gravidade dos argumentos do professor da Universidade Livre de Berlim se levantaram vozes contra a evidente tentativa de justificar a barbárie nazista pelo que

teria sido o seu antecedente “asiático”, leia-se, pelo antecedente bolchevique representado pela Rússia comunista.

Jürgen Habermas foi um dos primeiros a se levantar contra o que parecia ser uma aberração. Apontando a impossibilidade de se tentar insistir na concretude da história procedendo a partir de uma abstração moral, que era aquilo que alguns revisionistas haviam feito na Alemanha, Habermas vocalizava a indignação da intelectualidade e de parte da sociedade do seu país, afirmando que quem “persiste em enlutar-se por destinos coletivos, sem distinguir entre criminosos e vítimas, deve ter alguma outra coisa em vista” (1989, p. 17).

O que Ernst Nolte tinha em vista era o uso político do passado para reabilitar a Alemanha frente a vergonha persistente, que abatia as novas gerações e envolvia a nação em um manto de expiação e autocritica. Em função do que chamava de “tendências apologéticas”, título do seu artigo, Habermas, discípulo de Theodor Adorno, um dos maiores inimigos e também estudioso do fascismo, é que se deveria compreender os usos políticos do passado. Indo ao encontro de versões favoráveis aos grupos que, eventualmente derrotados em algum ponto do transcurso da história, não têm cessado de vencer (Benjamin, 2011, p. 225), a postura de Habermas foi seguida por respeitados historiadores, como Hans-Ulrich Wehler, Jürgen Kocka, Hans Mommsen, Martin Broszat, entre outros (Melo, 2014, p. 34).

A propósito do assunto, no espírito de construção de uma história feita a contrapelo por todos aqueles a quem se pode chamar de “vencidos”, Walter Benjamin propôs que o passado não podia nunca ser tomado como um dado morto, mas algo vivo e pulsante, já que objeto de incessante disputa no presente. Para o filósofo judeu-alemão, “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes de depois” (2011, p. 37).

É, portanto, na configuração das batalhas de cada presente que se podem estabelecer as relações que se têm com o passado, e ainda que não seja possível modificar o que aconteceu, ou a “história em si” (*res gestae*), que é o objeto do historiador, considerando que o presente permanentemente se transforma, a

história como ciência (*historia rerum gestarum*) “dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55), pode também se modificar, mesmo sem se converter ou se confundir com a memória e mesmo sem abdicar de buscar a verdade.

Posto que um “curto-circuito entre história e memória poderia ter consequências prejudiciais para o trabalho do historiador”, como aponta Traverso (2012b, p. 25), é incontornável que se estabeleçam aproximações e diferenciações que existem entre ambas. Proceder assim é indispensável para que se siga discutindo as formas de usos políticos do passado diante da conjuntura de crise da democracia liberal.

Radicalizando a separação entre história e memória, o sociólogo Maurice Halbwachs, pioneiro nos estudos da memória no terreno das ciências sociais, apontou que a “memória coletiva não se confunde com a história”, pois a história é “a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens”, algo que pode ser “lido nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas”, que seleciona, compara e classifica os acontecimentos “segundo necessidade ou regras que não se impunham aos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo” (2006, p. 101). Por sua vez, a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém o passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (2006, p. 102).

Deixando-se de lado a importância e o pioneirismo das reflexões de Halbwachs, a questão, entretanto, é bastante mais complexa do que dá a entender o breve excerto acima. Tanto mais que, mesmo considerando a dimensão clássica da obra de Halbwachs, poucos historiadores supõem ser antinômica a relação entre história e memória. Frente a impossibilidade de separar completamente uma da outra, esse “curto-circuito” citado por Traverso, causa, de fato, um importante estrago no trabalho do historiador e muita confusão da parte da sociedade, que passa a desconfiar dos estudiosos ou enxergá-los como portadores de apenas uma “narrativa” (ou opinião) entre tantas outras.

Como exemplo, em seguida ao que os estudiosos vem chamando de Jornadas de Junho de 2013, muito especialmente a

partir de 2014, quando movimentos de extrema direita se organizaram para disputar os rumos do país, alguns grupos chegaram a pedir “intervenção militar no Brasil”, ou “intervenção militar com base no artigo 142” ou variantes dessa palavra de ordem, entendendo que aquilo que se chama de ditadura militar teria sido apenas uma “narrativa” da esquerda que hegemonizava o discurso sobre o passado. Para refutar esses apelos de aberto teor golpista, a democracia e o Estado de Direito, muitas pessoas diziam que faltava conhecimento da história àqueles que pediam intervenção das Forças Armadas na política do país.

O princípio que movia as pessoas que supunham que conhecimento histórico era uma espécie de vacina contra o vírus do autoritarismo é a ideia da *Historia magistrae vitae*. Ou seja, ante o espanto quanto ao modo como as pessoas que pediam “intervenção militar” e usavam o passado “consagrado” pelos estudos como lugar mítico de paz social, de ordem e de bem-estar, algo que esteve longe de corresponder à realidade, os que pretendiam que a história ensinasse ou oferecesse lições esperavam que o mero conhecimento do passado tornasse as pessoas melhores e infensas ao desejo golpista e eventual retorno do regime discricionário.

O problema dessa concepção é de duas ordens. O primeiro é que, como sugere François Hartog, a característica do atual regime de historicidade é que “o historiador não mais produz a exemplaridade, mas está em busca do único”. Nessa concepção, “o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete” (2014, p. 137). Ou seja:

Se há ainda uma lição da história, ela vem do futuro e não mais do passado, pelo menos como algo diferente dele, enquanto a *historia magistrae* repousava na ideia de que o futuro, se não repetia exatamente o passado, pelo menos não o excedia nunca (2014, p. 138).

Há, aqui, entretanto, uma atitude conflitante com qualquer perspectiva que conceba causalidades na história, entendendo o modo como o futuro pode conter algo do presente e este é, de alguma forma, o resultado do passado. Se a *Historia magistrae vitae* era concebida como espaço de experiência de tempo cuja

relação presente-passado inspirava lições em função da identidade entre ambos, nessa outra concepção a história não apenas não se repete, mas também não oferece lições e quase não permite analogias.

Uma segunda ordem de problema diz respeito ao fato de que soa ingênuo supor que as pessoas que defendem aquilo que parece indefensável o fazem por ignorar a história. É claro que pode ter havido entre os que pregaram o golpe, pedindo intervenção militar, gente ignorante da ditadura militar, mas se o desconhecimento facilita a transformação de algumas teses em posições majoritárias na sociedade, certamente não foi por ignorância que o historiador Ernst Nolte arguiu pelo precedente asiático (russo) e bolchevique como forma de justificar o nazismo.

Em vista disso, o marxista italiano Antonio Gramsci, que veio a ser um dos maiores adversários do fascismo e um dos primeiros a caracterizar o fenômeno de forma competente, defendeu que a história podia se repetir, mas fez isso não de uma perspectiva filosófica ou epistemológica que supõe que a história é cíclica, mas de um ponto de vista estritamente político. Para Gramsci, que fez uso político da história para combater o fascismo, o passado é fonte de lições, não obstante nem todos sejam capazes de aprender.

A experiência histórica não vale para os pequenos burgueses, que não conhecem a história: os fenômenos se repetem e ainda se repetirão, além da Itália, nos demais países. (...) A ilusão é o alimento mais tenaz da consciência coletiva. A história ensina, mas não tem alunos (2004, p. 48).

A ideia gramsciana de que “a história ensina, mas não tem alunos”, não impediu o marxista italiano de estudar o passado para ensinar as novas gerações a lutarem melhor no presente.

Nessa concepção de história diretamente inspirada em Marx, onde se afirma uma temporalidade cujas “sociedades de ontem não são em si mesmas em sua imediatidade, históricas”, mas “passam a sê-lo sob o choque do presente”, uma “*prefiguração do porvir* não tem a certeza do fim previsível”, mas se constitui como o “nascimento de um movimento”. Nesse

movimento, o “instante atual” oscila “permanentemente no passado”, tomando “consciência de sua própria abolição e sua própria ultrapassagem”, ou seja: “de sua própria historicidade nascente”. Assim, no “‘pressuposto histórico de um novo estado de sociedade’ (...) que já se nega, o presente nada pode saber de definitivo, nada dizer de positivo. Ele pode somente aprender de passagem o momento do negativo de onde jorram as girândolas ofuscantes e efêmeras do possível” (Bensaïd, 1999, p. 50, grifos no original).

Nessa concepção de história trazida por Bensaïd, não há a recusa da política por princípio, mas sua incorporação à história destituída de sua sacralidade filosófica e hegeliana. Posto que movendo-se no tempo das incertezas da luta, diante de batalhas que se travam nas esferas do material e do simbólico, o passado é disputado, longe das eventuais certezas do que pode ser o futuro.

O negacionismo da história

Se o revisionismo se circunscreve, quase sempre, aos círculos da universidade, preserva níveis razoáveis de sofisticação intelectual, é esposado por historiadores e angaria algum respeito em função de partir, na maioria das vezes, de prestigiosos pesquisadores acadêmicos, o negacionismo surge como seu correlato vulgar de alcance ainda mais amplo.

Bastante mais popular e com muito mais contornos que dão a ver das intenções políticas por trás de sua aplicação, o negacionismo surgiu como negação da história do Holocausto. Negando o extermínio dos judeus e confundindo os números superlativos do genocídio, algo que já era conhecido dos historiadores que pesquisaram o assunto nas fontes encontradas após a derrota dos nazistas nas cidades libertadas e nos campos de concentração, os textos dos negacionistas buscavam mitigar as responsabilidades de Hitler e dos nazistas citando os eventos que culminaram na morte de milhões de pessoas como efeitos da guerra, recusando que houvesse intencionalidade genocida.

Apesar de assumir uma forma deliberadamente polêmica de disputar o passado aos historiadores, os negacionistas mais conhecidos procuraram sustentar suas teses com base em estudos

enviesados, mobilizando recursos intelectuais e um conjunto de dados que, devidamente manipulados, ofereceram aos seus formuladores condições mínimas de sustentação, capaz de causar confusão quanto ao conhecimento dos fatos estabelecidos em torno do que se chama de verdade histórica. Para enfrentar tais posições, importantes historiadores enviaaram esforços para combater o negacionismo de modo a impedir que os efeitos nefastos das distorções quanto aos evidentes abusos políticos do passado alcançassem maioria na sociedade.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estudiosos diversos, principalmente, historiadores, passaram a reunir farta documentação sobre o Holocausto e as políticas hitleristas de extermínio de judeus, ciganos, comunistas, pessoas com deficiência, homossexuais e toda sorte de seres humanos entendidos como inimigos e párias pelos nazistas. Ao lado desse trabalho historiográfico consistente, o surgimento de testemunhos que haviam sobrevivido à experiência dos campos de extermínio veio ao encontro do trabalho científico buscando o estabelecimento da verdade, que devia também ser pedagógica, para que a experiência nazista nunca mais voltasse a se repetir, algo no espírito da *historia magistrae vitae*.

Diante de um passado traumático desta dimensão e intensidade, no entanto, a recuperação da verdade dos fatos, revestiu-se de uma renhida contenda política, haja vista que a maioria dos historiadores se declararam como inimigos do nazifascismo ou simplesmente como antifascistas, uma perspectiva por demais incômoda aos revisionistas e, sobretudo, aos negacionistas, alguns dos quais com vínculos ou, ao menos, apoio de grupos neonazistas em diversos países.

Que não se confunda, entretanto, a postura política dos historiadores, que, como foi dito, não pode ser neutra, como uma mera “narrativa/opinião” diante da qual outras “narrativas/opiniões” alternativas e conflitantes podem se oferecer como igualmente verdadeiras. Não obstante, uma pergunta se faz necessária: como podemos saber se não há, também aqui, um uso político do passado, que abusa da história para propósitos que são igualmente inconfessáveis, ainda que evidentemente nobres?

Sobrevivente de Auschwitz, Primo Levi, com honestidade e perspicácia, observou que, com “o objetivo de defesa, a realidade pode ser distorcida não só na recordação, mas no ato mesmo em que se verifica” (2016, p. 25). Ou seja, não é apenas na recordação e na memória que as pessoas cometem erros e distorcem os fatos, mas também no momento em que as coisas acontecem.

Em se tratando de um tema em cuja memória se assentam dispositivos de julgamentos, condenação e absolvição, não parece incomum que as batalhas em torno do passado sejam ainda mais duras. Contudo, “[q]uem recebe uma injustiça ou uma ofensa não tem necessidade de elaborar mentiras para se desculpar de uma culpa que não tem (...); mas isto não exclui que mesmo suas recordações possam ser alteradas” (Levi, 2016, p. 24).

O fato de que testemunhos arriscam distorcer o passado, mesmo que isso não seja feito intencionalmente, não impede que os historiadores usem depoimentos de vítimas na composição das suas histórias (Sena Júnior, 2021). Todavia, como foi dito, a história não se confunde com a memória, de modo que apenas as versões das testemunhas, por mais importantes que sejam, não são suficientes para que um historiador componha sua narrativa e assente sua verdade nos fatos, haja vista que seu trabalho é de recolha dos fragmentos, vestígios e todas as evidências possíveis, que vão lhe servir de prova para a história que precisa ser contada. É apenas assim que podemos conhecer a história do Holocausto e de toda a barbárie que se produziu para que os alemães chegassem até esse ponto.

Com o livro “Os assassinos da memória”, Pierre Vidal-Naquet empreendeu imenso esforço para desmascarar as verdadeiras intenções políticas por trás das obras de negacionistas como Robert Faurisson, Serge Thion, Arthur Butz, Paul Rassnier, Wilhelm Stäglich entre outros. Tais autores trabalhavam obstinadamente pela falsificação, distorção e manipulação da verdade histórica em função de interesses políticos inconfessáveis, algo que Vidal-Naquet chamava de “impostura” e “apologia ao crime por dissimulação do crime” (1988, p. 89).

Frente a isso, Vidal-Naquet expõe os objetivos que lhe motivaram a escrever uma obra numa área na qual não era especialista:

Esse livrinho nasceu de uma constatação: há cerca de dois anos, a corrente “reviscionista”, ou seja, a que nega as câmaras de gás de Hitler e o extermínio em massa de doentes mentais, judeus, ciganos e, ainda, de membros de povos considerados radicalmente inferiores, principalmente eslavos, vem aumentando perturbadoramente. Uma seita minúscula, mas obstinada, dedica todos os seus esforços e emprega todos os meios, panfletos, fábulas, histórias em quadrinhos, estudos pretensamente científicos e críticos, revistas especializadas, para destruir não a verdade, que é indestrutível, mas a tomada de consciência da verdade (1988, p. 9)

Se do lado dos negacionistas o que se têm são autores incapazes de sustentar as suas hipóteses na base de evidências tomadas aos fatos, em que pese sua imensa popularidade e a atração de uma legião de seguidores, do lado da historiografia acadêmica o que acontece é que os consensos são sustentados por provas e “uma série de julgamentos aceitos” (Barraclough *apud* Carr, 1982, p. 17)⁹, mesmo que inúmeras polêmicas possam existir sobre tantas questões.

Vidal-Naquet assumiu em sua obra um forte tom de denúncia, dedicando esforço a refutar o negacionismo, mas tomando o cuidado de não debater e nem mesmo se dirigir aos autores negacionistas, uma regra que estabeleceu para si:

[...] podemos e devemos discutir sobre os “reviscionistas” [negacionistas]¹⁰; podemos analisar os seus textos como

⁹ As aspas foram extraídas de E. H. Carr, que cita Geoffrey Barraclough: “A história que nós lemos, embora baseada em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos” (1982, p. 17)

¹⁰ Vidal-Naquet usa o termo “reviscionista” em vez de “negacionista” pelo fato de que os autores contestados se autodenominavam “reviscionistas”, enquanto o termo “negacionista” ainda não era usado para definir tais autores. “O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso. A palavra

fazemos a anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar o lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir com os “revisionistas” [negacionistas]. (...) Esse é o preço da coerência intelectual (1988, p. 11)

O livro de Vidal-Naquet fez história no combate ao negacionismo e tornou-se um clássico no tema, mas não conseguiu evitar que esses autores continuassem produzindo falsificações, publicando livros e alcançando públicos diversos, em várias partes do mundo.

Na década de 1990, Deborah Lipstadt, historiadora e professora de Judaísmo Moderno e Estudos do Holocausto, diretora do *Institute for Jewish Studies* e autora de *Denying the Holocaust* (“Negando o Holocausto”, sem tradução no Brasil), recebeu um processo movido pelo britânico David Irving, autor, entre outros, de *Hitler’s War* (“A guerra de Hitler”, sem tradução no Brasil). Para Lipstadt, a obra de Irving, publicada em primeira edição em 1977 e republicada em 1991 numa edição revista, era um típico exemplo de negacionismo. A atitude de negação do Holocausto, de acordo com a autora, havia se aprofundado entre a primeira e a segunda edição de *Hitler’s War*, de modo que, se havia alguma desconfiança da postura de David Irving como negador do Holocausto em 1977, essa não podia mais existir depois de 1991.¹¹ Incomodado com a pecha de “negacionista”, Irving processou Deborah Lipstadt por difamação (Lipstadt, 2017, p. 16).

De acordo com Lipstadt, Irving havia feito diversas declarações públicas que negavam o Holocausto. Havia testemunhado em favor de Ernst Zündel, um imigrante alemão processado pelo governo canadense por “promoção do

passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que se viam como fundadores de uma ‘escola revisionista’ (a denominação é do negacionista Roubert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências” (Valim; Avelar; Bervernage, 2021, p. 14).

¹¹ Sobre a edição de 1977 de *Hitler’s War*, Pierre Vidal-Naquet escreve que se trata de um livro “semirevisionista”, “que exonera Hitler em benefício de Himmler da responsabilidade do grande massacre” (1988, p. 127).

negacionismo do Holocausto”, dizendo que não havia “nenhum documento demonstrando que o Holocausto acontecera” (2017, p. 16). Ainda segundo Lipstadt, Irving “considerava mentirosos ou charlatões os sobreviventes que afirmavam ter visto câmaras de gás” (2017, p. 17), pois dizia não haver evidências que indicassem o “uso de câmaras de gás para o extermínio em massa dos judeus”. Dizia também não ter havido “nenhum plano oficialmente sancionado pelo Terceiro Reich para aniquilar os judeus europeus”, chegando a afirmar que “Hitler provavelmente foi ‘o maior amigo dos judeus no Terceiro Reich’”, pois teria feito “‘todo o possível para evitar que coisas desagradáveis acontecessem’” (Lipstadt, 2017, p. 17).

A história do processo movido por David Irving contra Deborah Lipstadt foi contada no livro “Negação”, publicado nos Estados Unidos em 2005, que ganhou edição brasileira em 2017, um ano depois que a versão cinematográfica da história chegasse às telas de cinema, adaptado por Mick Jackson, com Rachel Weisz no papel de Deborah Lipstadt, e Timothy Spall como David Irving. O filme é uma demonstração da importância de se discutir o tema do negacionismo e os usos políticos do passado com públicos mais amplos, afinal de contas, parte das pessoas se desinforma acessando teorias da conspiração e outras teses absurdas, principalmente em tempos de internet.

Para a historiadora da Universidade de Emory, portanto, o fato de estudantes de universidades norte-americanas nos anos 1990 e da mídia em geral se mostrarem seduzidos pelo negacionismo do Holocausto e tratarem o tema “como uma ideia intrigante”, era sintoma de o quão ignorantes sobre as suas implicações as pessoas podiam ser (Lipstadt, 2017, p. 41).

O extermínio físico de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial é um fato incontroverso entre os estudiosos com alguma reputação, “embora muitas coisas relacionadas ao Holocausto estejam abertas a debate” (Lipstadt, 2017, p. 41). Isso significa que os historiadores acessaram provas consistentes sobre os acontecimentos, contribuindo para que o tema fosse assentado na memória histórica de inúmeros países, inclusive da Alemanha, cujas gerações têm sido educadas para que se evite que a barbárie nazista possa acontecer novamente.

O negacionismo além da história

Apesar de ter se originado a partir dos usos políticos do passado em torno do tema do Holocausto, ou melhor, a partir de abusos da história, o negacionismo contemporâneo se estendeu para outros territórios, tornando-se relevante no Brasil e no mundo em função da postura de governantes que insistiram em negar o vírus da Covid-19, recusaram-se a adotar medidas de isolamento social recomendadas pela OMS e autoridades sanitárias e ainda por cima espalharam mentiras sobre a vacina. A respeito do assunto, reportagens e artigos em jornais e revistas passaram a utilizar o termo “negacionismo” para se referir a práticas que, adotadas no contexto da pandemia, terminaram colaborando para o aumento exponencial de mortes.

Na medida em que disseminavam a desconfiança na ciência e nas informações que chegavam através dos jornais, posturas negacionistas, propagadas por pessoas com grande visibilidade e poder, passaram a se constituir em alguns dos principais problemas da atualidade, implicando na mobilização do esforço de cientistas, acadêmicos, magistrados, legisladores e intelectuais de diversas áreas que envidaram os maiores esforços para evitar o pior.

Segundo apontaram Patrícia Valim e Alexandre Avelar, o negacionismo tornou-se um problema crônico nos nossos dias, chegando a se converter numa espécie de “governamentalidade contemporânea”, implicando numa:

[...] forma específica de poder que tem por alvo um setor – ou setores – da população, cuja eliminação real ou simbólica legitimará as ações violentas de outro setor social organizado em uma “máquina de guerra” – também uma “máquina negacionista” – comandada por um líder que, não raro, se apresenta como antissistema e toma para si a missão de ocupar o Estado, negar sua relevância e centralidade para, ao fim e ao cabo, destruí-lo (2020).

Para Daniel Pinha, que articula o conceito de “crise democrática” para pensar o tema, “o negacionismo precedeu e ancorou todo o processo de corrosão democrática”, com Bolsonaro forjando “toda sua identidade política na negação da

cultura democrática substantiva, e, também, das instituições da democracia liberal-representativa” (2023, p. 17)

As práticas negacionistas se tornaram tão populares em nossos dias que o famoso grupo Porta dos Fundos produziu uma série de esquetes abordando o assunto. Com seu humor característico, o quadro “Polêmica da Semana” apresenta nove esquetes em que atores interpretam especialistas em confronto com gente comum num debate televisivo. Discutindo temas como vacina, aquecimento global (mudanças climáticas), cloroquina, racismo, homossexualidade, entre outros, o quadro sugere o absurdo que é tratar como controversos temas que se constituem como importantes consensos científicos, ainda mais quando esse debate se dá entre renomados especialistas e pessoas sem nenhuma formação, que apenas estão ali porque discordam e são capazes de comunicar de modo eficiente suas divergências.¹²

Em tempos de redes sociais, quando antigos consumidores de informação passam a ser também produtores e veiculadores de conteúdos, na ausência de mecanismos de regulação e controle eficazes, da mesma forma que temos a possibilidade de acessar informação consistente de modo rápido e fácil como em nenhuma outra época da história, somos inundados por uma quantidade imensa de desinformação. Nossa era chegou a cunhar o termo de *fake news* para designar as mentiras que circulam pela internet e o Dicionário de Oxford, que todo ano elege uma palavra nova para ser dicionarizada, em 2016, ano da eleição de Donald Trump, registrou o termo “pós-verdade”, definindo-o como “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’Ancona, 2018, p. 20).

A propósito do assunto, uma pesquisa realizada pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) identificou que uma informação falsa, ou *fake news*, tem cerca de 70% mais chances de ser compartilhada na internet do que uma verdade,

¹² As nove esquetes do “Polêmica da Semana” produzidas pelo Porta dos Fundos estão disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=6bNEtXTfUfo&list=PLT0Smhj8chMU YqASvHGL_iVZQ_surupX. Acesso em: 13/05/2025.

“pois ela é, geralmente, mais original que uma notícia verdadeira” (Da Empoli, 2020, p. 78). O significado disso é que, como teria dito Mark Twain muito antes de haver a rede mundial de computadores, “[u]ma mentira pode dar a volta ao mundo, enquanto a verdade ainda calça seus sapatos”.¹³

As mentiras são um grande problema do mundo contemporâneo, mas não são novidades na história. Regra geral, a tendência do ser humano é acreditar nas informações que recebe, muito especialmente se o emissor da notícia for uma autoridade (política, científica, religiosa), uma figura pública confiável ou até mesmo alguém da família. A tendência das pessoas é aceitar a informação que chega como verdadeira, simplesmente porque não deveria haver motivos para alguém mentir sobre alguns assuntos.

Mas a ciência não é feita com crenças, mas com hipóteses, investigação e consciência crítica, inclusive a história, que tem no método crítico um dos fundamentos da construção das verdades com as quais o historiador trabalha. A crítica e o comportamento cético adotado pelos estudiosos do passado são fundamentais para o exercício da atividade científica e para o rigor historiográfico. Todavia, por vezes, podem ser, também, uma porta de entrada para teorias da conspiração. Assim, mesmo que a atitude cética seja desejável da parte de uma sociedade formada por gente educada e instruída, não é incomum que pessoas assumam uma postura desse tipo por princípio ou por ideologia, o que termina se constituindo como um problema que se intensifica em tempos de crise política.

Um dos grandes sucessos da Netflix em 2021, o filme “Não olhe para cima”, de Adam McKay, retrata uma situação em que cientistas descobrem um meteoro em rota de colisão com a Terra, com potencial de extinção da vida no planeta, mas colhem desconfiança, desdém e galhofa em diversos círculos sociais, políticos e midiáticos. Veiculado pelo *streaming* em plena pandemia, a obra, que foi indicada ao Oscar de melhor filme em 2022 e conta com grande elenco, deu a entender que o negacionismo do meteoro e da extinção do planeta retratado na

¹³ A autenticidade da autoria da frase, atribuída ao escritor Mark Twain, como tantas coisas que circulam web, também carece de confirmação.

tela era uma metáfora do praticado em relação à Covid-19. Entretanto, conforme se descobriu depois, o filme foi feito como forma de denunciar o negacionismo relativo às mudanças climáticas, até porque sua produção foi anterior à pandemia. De uma forma ou de outra, o negacionismo representado no filme veio bem a propósito da postura do governo brasileiro diante da pandemia, tanto que foi citado por cientistas do país como exemplo sobre como não proceder (Rupp, 2021).

Recusando-se a aceitar informações oferecidas por professores, acadêmicos, cientistas e jornalistas, muitos terminam enveredando pelo caminho perigoso das teorias da conspiração, o que vem a ser um problema grave que recentemente ganhou ares de epidemia, ou “infodemia” (epidemia de desinformação), mas não se constitui numa novidade (Fisher, 2023, p. 290-291). Marc Bloch, na sua “Apologia da história”, cita o caso de um médico veterinário, que conhecera na Primeira Guerra Mundial, “que recusava-se sistematicamente a dar qualquer crédito às notícias dos jornais”, mas se deliciava “se alguém lhe despejasse em seu ouvido boatos dos mais inverossímeis” (2001, p. 89).

A história de Bloch soa risível diante do aprofundamento do negacionismo e da disseminação do ceticismo ingênuo e pernicioso. Talvez porque o historiador francês, que teve um destino trágico ao ser fuzilado em 1944 pelos nazistas, não viveu o suficiente para ver o estrago feito pelas mentiras usadas como armas políticas; talvez porque as redes sociais tenham se convertido em verdadeiras máquinas de caos e de ódio a disseminar mentiras em escala industrial (Fisher, 2023; Mello, 2020).

De um modo ou de outro, foi justamente a propaganda nazista a primeira forma conhecida de propagação de mentiras, baseada em método científico, e teorias da conspiração em larga escala, algo que deu ensejo ao que Richard Evans chamou de “imaginação paranoica” (2022), que parece ressurgir nos vários tipos de negacionismo praticados no presente, muito especialmente naquele relacionado à história.

Percebendo o crescimento do obscurantismo anticientificista que propagava mentiras, na década de 1990 o

astrônomo norte-americano Carl Sagan publicou o excelente livro em defesa da ciência “O mundo assombrado pelos demônios” (2008). Mais recentemente, Álvaro Borba e Ana Lesnovski, produtores de conteúdo veiculados no canal “Meteoro Brasil”, através do YouTube, editaram obra para combater algumas das *fake news* de maior circulação na atualidade (2019). Com “Tudo que você precisou desaprender para virar um idiota”, que parafraseia o título do livro de um conhecido astrólogo, autointitulado filósofo, o “Meteoro Brasil” e outros canais, blogs e podcasts, têm se tornado instrumentos indispensáveis de combate à desinformação na era digital (Rodrigues, 2021).

No entanto, mesmo registrando a importância de tais esforços, no território pouco regulamentado da internet, o que prevalece é a desinformação e o discurso de ódio de apelo sensacionalista e enorme popularidade, que, não raro, transborda para o universo editorial de largo apelo comercial.

No terreno da história surgiram, no Brasil, algumas das obras de maior popularidade e alcance, com evidente caráter negacionista, como a série de livros escritos com o título de “Guia politicamente incorreto”, do jornalista Leandro Narloch, que se vale do sensacionalismo, da falsificação e da manipulação do passado para alcançar os leitores, provocando efeitos perversos na difícil tarefa de formar gerações educadas historicamente.

Não obstante, o problema não se restringe exclusivamente à educação científica ao método disciplinar reivindicado pelos historiadores. Como aponta Rodrigo Perez (2024), o “Guia” “abusa de verdades possíveis enunciadas pela historiografia profissional”. Dessa forma, o simples acionamento do acesso a arquivos e do método disciplinar seria algo “insuficiente para combater essa modalidade de negação”. Segundo o professor da UFBA, necessário seria que os historiadores assumissem “postura autoral politicamente vigilante (...) em relação à produção e circulação do conhecimento que produzem”, de modo a reconhecerem “os dilemas que envolvem o fazer historiográfico em tempos nos quais o negacionismo histórico exerce função estratégica nas práticas de governabilidade de uma extrema direita violeta e antidemocrática” (2024, p. 250).

Da mesma espécie de mentiras, que falsificam, manipulam e distorcem o passado com finalidades políticas, alguns canais de internet chegam a alcançar milhões de pessoas, fidelizando o público através da desinformação, em que pese a qualidade técnica do material oferecido. Como melhor exemplo disso, os conteúdos produzidos pela produtora de vídeos “Brasil Paralelo”, um dos veículos mais bem sucedidos no empreendimento da desinformação, através da veiculação de posições negacionistas, tem sido levado muito a sério por historiadores, cientistas sociais, filósofos jornalistas e autoridades governamentais e judiciárias, que desconfiam haver, nesses conteúdos, a possibilidade de se estar cometendo crimes (Santos, 2021; Sena Júnior, 2021; Granjeira; Almeida, 2023).

Da lavra de obras dedicadas à “Brasil Paralelo”, que fez diversos materiais de cunho negacionista, inclusive sobre a Covid-19, constam uma série pseudo-documental chamada “Brasil: a última cruzada” e um pretenso “documentário” intitulado “1964: o Brasil, entre armas e livros”, visto por inúmeros especialistas como peças de falsificação da história (Nicolazzi, 2019; Borges, 2019). De aberto teor anticomunista, o que determina um caráter profundamente enviesado nos conteúdos, os materiais veiculados pela produtora gaúcha tem provocado rechaço da academia e do conjunto dos historiadores brasileiros reunidos na Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil), a mais importante entidade a congregar historiadores no país. Pela fragilidade metodológica e completa falta de respaldo nas discussões que são feitas entre os profissionais de reputado conceito, sejam eles historiadores, filósofos e cientistas sociais diversos, torna-se evidente as motivações negacionistas que revestem o projeto.

Conclusão

Os usos políticos da história, o revisionismo e o negacionismo são, como quase tudo na vida, matéria da própria história. No entanto, em épocas de recrudescimento de disputas políticas, quando polarizações ocupam um lugar de destaque nos debates públicos, por vezes se confunde a disposição de tratar a

“história como mestra da vida” com falsificações, manipulações e distorções sobre o que foi o passado e aquilo que os historiadores entendem como a verdade.

O episódio que abre esse texto, que ilustra o modo como o assunto transcendeu ao debate acadêmico e alcançou as altas esferas do poder político no país, demonstra a importância de os historiadores, mas também os estudantes e toda a sociedade, compreenderem o significado do fazer historiográfico. Mesmo sem ser um conhecimento objetivo, com verdades que parecem irrefutáveis, a história é um território de onde derivam algumas certezas baseadas em julgamentos aceitos, principalmente em torno daquilo que podemos caracterizar como os fatos. Estes, quando interpretados adequadamente e com honestidade, ainda que possam dar ensejo a debates, não estão sujeitos a acréscimos e também não podem responder a todas as questões que surgem em cada presente.

A história como ciência é, portanto, um campo em permanente evolução e também motivo de inúmeras batalhas, que se agudizam em tempos de polarização e crise política. Suas dimensões e amplitude, que despertam interesses e atraem investigadores e as vezes apropriações de palpites diversos, não podem deixar de lado as exigências de rigor científico. As formas de publicização do conhecimento histórico para audiências mais amplas, seja através daquilo que os historiadores denominam de “história pública” ou outras modalidades de divulgação, são um convite ao conhecimento, que deve ser aprofundado, respeitoso e pautado nas provas, que são a única forma de consolidar o conhecimento sobre aquilo que sucedeu no tempo e o modo como as pessoas lidaram com os acontecimentos em cada situação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8 ed. rev. e ampliada, Editora UNESP, 2010.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns *marcos* da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00807.pdf> Acesso em: 18/04/2025.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: **Magia e Técnica, arte e política**. 7 ed. São Paulo, 1994, p. 222-232 (obras escolhidas).

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Ítalo Nelli. O Paralelismo do Absurdo: 1964 – O Brasil entre armas e livros e seus desserviços históricos e sociais. **Revista de Expedições**, Morrinhos/GO, vol. 10, nº 2, mai./ago., 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/Zacarias/Downloads/9680-Texto%20do%20artigo-35434-1-10-20191103%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Zacarias/Downloads/9680-Texto%20do%20artigo-35434-1-10-20191103%20(2).pdf). Acesso em: 18/04/2025.

CARR, E. H. **Que é história?** 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os militares e a batalha pela memória da ditadura: “o golpe que virou revolução”. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 57-73.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** Baruari: Faro Editorial, 2018.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado:** ação política, poder e golpe de classe. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos.** São Paulo: Vestígio, 2020.

EVANS, Richard J. **Conspirações sobre Hitler:** o Terceiro Reich e a imaginação paranoica. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2022.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo:** o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FISHER, Max. **Máquina do caos:** como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **O passado de uma ilusão:** ensaios sobre a ideia comunista no século XX. São Paulo: Siciliano, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os sentidos e as disputas em torno da anistia e da reparação de perseguidos políticos no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento:** estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 211-224.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GRANJEIA, Julianna; ALMEIDA, Rodolfo. Por dentro da máquina do Brasil Paralelo para dominar as buscas no Google. **Núcleo**. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo/?fbclid=IwAR02YCui2jNClj7VPaBX7mnru4Pcn5jMEIY37WNpta5oJVp52pjkWczgh8I>. Acesso em: 18/04/2025.

HABERMAS, Jürgen. Tendências apoloéticas. **Novos Estudos**, nº 25, outubro de 1989, p. 16-27.

HAYNES, Mike; WOLFREYS. Introduction: history and revolution. In: **History and Revolution**. London: Verso, 2007, p. 1-24.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ecos da Marselhesa**: dois séculos revêem a Revolução Francesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **Sobre história**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico. **Revista de História LPH**, DEP. História/UFOP, v. 3, ed. 1, p. 215-244, 1992.

LENTZ, Rodrigo de Oliveira. A justiça de transição do *jeitinho brasileiro*: panorama após 50 anos do golpe civil-militar de 1964. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 261-284.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIPSTADT, Deborah E. **Negação**: uma história real. São Paulo: Universo, 2017.

LOFF, Manuel. Depois da Revolução?... *Revisionismo histórico e anatemização da Revolução*. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 53-65.

MACHADO, Patrícia da Costa. Justiça de transição no Brasil. A atuação do Supremo Tribunal Federal e a reinterpretação da Lei da Anistia na ADPF nº 153. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 243-260.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49.

METEORO Brasil. **Tudo o que você precisou desaprender para virar um idiota**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

MEZAROBBA, Glenda. O processo de acerto de contas e a lógica do arbítrio. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 109-119.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história**: desafios – ensino. São Paulo: Contexto, 2021, 85-111.

NICOLAZZI, Fernando. A história da ditadura contada pelo Brasil Paralelo. **Sul21**, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>. Acesso em: 18/04/2025.

NOLTE, Ernst. O passado que não quer passar. Um discurso que pôde ser escrito, mas não proferido. **Estudos Históricos**, nº 25, outubro de 1989, p. 10-15.

PEREZ, Rodrigo. “O negacionismo histórico praticado pelo ‘Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil’”. In: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de; PEREZ, Rodrigo; GEMINIANO, Wagner (Org.). **Entre revisionistas e negacionistas**: usos e abusos políticos do passado. Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p. 247-281.

PESSOA, Gabriela Sá. Toffoli diz que hoje prefere chamar o golpe militar de “movimento de 1964”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1º out. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/toffoli-diz-que-hoje-prefere-chamar-ditadura-militar-de-movimento-de-1964.shtml>. Acesso em: 18/04/2025.

PINHA, Daniel. O tempo presente como desafio à historiografia e ao ensino de história em contexto de crise democrática. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, vol. 15, n. 38, e0104, mar. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0104/15341>. Acesso em: 18/04/2025.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para o YouTube e podcasts. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos combates pela história: desafios – ensino**. São Paulo: Contexto, 2021, 175-197.

RUBERT, Sylvania. “Para reconciliar, é preciso esquecer?”: reflexão sobre as possibilidades de resgate da memória da repressão política no Brasil. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (Org.). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre, Editora Deriva, 2014, p. 191-210.

RUPP, Isadora. “Como cientistas brasileiros reagem a ‘Não olhe para cima’”. **Nexo Jornal**, 27 dez. 2021, Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/12/27/como-cientistas-brasileiros-reagem-a-nao-olhe-para-cima>. Acesso em: 13/05/2025.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. **Agenda conservadora, ultraliberalismo e “guerra cultural”**: “Brasil Paralelo” e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020). Marchal Cândido Rondon-PR: Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), 2021.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos escravos na sociedade colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCORCE, Carol. Historiador citado por Toffoli rejeita chamar ditadura de “movimento”. **Carta Capital**, São Paulo, 1º out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64>. Acesso em: 18/04/2025.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A memória difusa de um passado/presente traumático: algumas questões sobre um termo associado a tortura em torno de uma polêmica recente. **Saeculum – Revista de História**, [S. l.], v. 26, n. 45, p. 159–175, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2317-6725.2021v26n45.59807. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/59807>. Acesso em: 18/04/2025.

_____. O preço da coerência é não discutir com negacionistas. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-preco-da-coerencia-e-nao-discutir-com-negacionistas/>. Acesso em 18/04/2025.

VALIM, Patricia; AVELAR, Alexandre de Sá. Negacionismo histórico: entre a governamentalidade e a violação dos direitos fundamentais. **Revista Cult**, São Paulo, 3 set. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/negacionismo-historico/>. Acesso em 18/04/2025.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre; BERVERNAGE, Berber. Negacionismo: história, historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, nº 87, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-03>. Acesso em: 18/04/2025.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória: o revisionismo na história**. Campinas-SP: Papirus, 1988.

TELES, Janaína de Almeida. Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 151-176.

TRAVERSO, Enzo. **La historia como campo de batalla**. Interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2012a.

_____. **O passado, modos de usar**: história, memória e política. Porto: Unipop, 2012b.

TUPINA, Matheus. Fala de Toffoli sobre punições do passado é alvo de questionamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/fala-de-toffoli-sobre-punicoes-do-passado-e-alvo-de-questionamento.shtml>. Acesso em: 18/04/2025.

WOLFREYS, Jim. Twilight Revolution: François Furet and the manufacturing of consensus. In: HAYNES, Mike; WOLFREYS, Jim. **History and Revolution**. London: Verso, 2007, p. 50-70.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

Recebido em: 12/07/2025

Aprovado em: 28/07/2025